

encontramos, nas séries históricas dos indicadores de saúde da mulher do Ministério da Saúde, referência ao número de óbitos de mulheres em idade fértil investigados pelos Comitês de Mortalidade Materna no município de Dourados.

A Secretaria Municipal de Saúde de Dourados anuncia que está atendendo 8.200 mulheres por mês e que em 2003, a prefeitura fechou o ano com o Programa de Saúde da Mulher prestando assistência a 76.549 mulheres. Mas creio que de nada adianta o aumento do número de consultas se esta assistência está sendo feita de forma inadequada.

Vários municípios escolhidos como pólos microrregionais no nosso estado estão com suas equipes despreparadas, sem equipamentos adequados, não utilizam a padronização de condutas de atendimento. Sabemos que a falta de sistemas de detecção de gestação de alto risco são importantes elementos que também contribuem para os altos níveis de taxa de mortalidade materna. Mas, quando o risco gestacional é detectado, aí identificamos os maiores problemas no nosso estado. Há dificuldade de acesso aos níveis mais complexos de assistência, pois não estão integrados. Falta ou geralmente falha o sistema de referência e contra-referência. Falha também o sistema de transporte, sobretudo nas localidades mais afastadas.

Não resta dúvida que a qualidade e a abrangência da assistência obstétrica e neonatal oferecidas à população, são as principais responsáveis por indicadores de mortalidade materna que envergonham o nosso país. No caso específico do município de Dourados, acreditamos que ao invés de aportar maior volume de recursos financeiros, urge investigar primeiro, de que forma estão sendo gastos estes recursos, ou correremos o risco de “premiar” aqueles que gastam mal e continuar penalizando outros municípios que pela insuficiência de recursos não podem implantar um bom programa de assistência materno-infantil.

Neste sentido, sugerimos a V. Exa., a realização de auditoria contábil-financeira e a investigação do aumento do número de óbitos maternos, ocorrido nos últimos meses no município de Dourados-MS, antes mesmo de iniciar o repasse dos recursos do Pacto Nacional de Redução da Mortalidade Materna.

Atenciosamente,

Deputado Geraldo Resende
PPS/MS



F8157E9323